



AÇÕES COLETIVAS DE MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS E SOCIOESPACIAIS EM DEFESA DA SAÚDE E CONTRA OS AGROTÓXICOS NO BRASIL: uma análise do DATALUTA de 2020 - 2023

Ana Lúcia de Jesus Almeida ¹
Maria Eduarda Grecco Bejarano Suenaga ²

RESUMO

Este trabalho propõe-se a analisar a dinâmica de produção de ações e de territórios por movimentos socioterritoriais e socioespaciais no Brasil, no período de 2020 a 2023. O foco reside na relação intrínseca entre a luta pela saúde e a oposição ao uso de agrotóxicos, sublinhando que a questão da saúde no campo é indissociável do debate ambiental e da busca pela redução das iniquidades. Para tanto, a abordagem metodológica baseou-se na análise de dados secundários oriundos do Banco de Dados das Lutas por Espaços e Territórios (DATALUTA). Mediante a compilação de notícias *online* e a aplicação de suas tipologias de ação, movimentos e pautas, foram identificadas e analisadas 87 ações coletivas distintas no recorte temporal estabelecido. Os resultados da pesquisa demonstram uma diversidade de motivações para as mobilizações. Entre as pautas centrais, destacam-se: as respostas à crise sanitária da COVID-19; a oposição direta à pulverização aérea e à flexibilização da legislação de agrotóxicos; as reivindicações por políticas públicas de saúde específicas; e o pleito por políticas alimentares que incentivem a produção agroecológica. Em sua essência, tais ações configuram-se como uma denúncia ao modelo agrícola dominante, considerado insustentável em função dos severos impactos do uso excessivo de agrotóxicos na saúde humana e ambiental. Em contrapartida, os movimentos defendem a valorização da agroecologia como alternativa viável e promovem a luta por direitos humanos e justiça social em favor das populações do campo.

Palavras-chave: Movimentos Socioterritoriais, Banco de dados, Saúde no Campo, Agrotóxico, Agroecologia.

RESUMEN

El presente trabajo se propone analizar la dinámica de producción de acciones y territorios llevadas a cabo por movimientos socioterritoriales y socioespaciales en Brasil, en el período de 2020 a 2023. El foco reside en la relación intrínseca entre la lucha por la salud y la oposición al uso de agrotóxicos, subrayando que la cuestión de la salud en el campo es indisoluble del debate ambiental y de la búsqueda por la reducción de las inequidades. Para ello, el abordaje metodológico se basó en el análisis de datos secundarios provenientes del Banco de Datos de las Luchas por Espacios y Territorios (DATALUTA). Mediante la compilación de noticias *online* y la aplicación de sus tipologías de acción, movimientos y agendas, se identificaron y analizaron 87 acciones colectivas distintas en el periodo temporal establecido. Los resultados de la investigación demuestran una diversidad de motivaciones para las movilizaciones. Entre

¹ Doutora pelo Curso de Geografia da Universidade Estadual Paulista - Unesp, ana-lucia.almeida@unesp.br;

² Mestranda do Curso de Geografia da Universidade Estadual Paulista - Unesp, eduarda.grecco@unesp.br



las agendas centrales, se destacan: las respuestas a la crisis sanitaria de la COVID-19; la oposición directa a la pulverización aérea y a la flexibilización de la legislación de agrotóxicos; las reivindicaciones por políticas públicas de salud específicas; y la petición por políticas alimentarias que incentiven la producción agroecológica. En su esencia, tales acciones se configuran como una denuncia al modelo agrícola dominante, considerado insostenible debido a los severos impactos del uso excesivo de agrotóxicos en la salud humana y ambiental. Por otra parte, los movimientos defienden la valorización de la agroecología como alternativa viable y promueven la lucha por los derechos humanos y la justicia social en favor de las poblaciones rurales.

Palabras clave: Movimientos Socioterritoriales, Banco de datos, Salud en el Campo, Agrotóxico, Agroecología.

INTRODUÇÃO

O Brasil se constitui historicamente em um território de disputa por projetos de desenvolvimento e pela manutenção de uma estrutura fundiária concentrada, uma realidade que tem raízes profundas na formação social do país. O desenvolvimento do modo capitalista de produção no Brasil se caracteriza pelo caráter rentista e especialização primária exportadora que impõe limites estruturais. Nesse cenário, a disputa agrária se desenrola como um conflito fundamental entre modelos antagônicos de desenvolvimento.

Impõe-se o modelo hegemônico do agronegócio, caracterizado pela produção de commodities em vastas monoculturas, pela superexploração dos recursos naturais, pela crescente concentração da propriedade fundiária e por uma intrínseca dependência químico-tecnológica, um legado da chamada Revolução Verde que perpetua a pilhagem ambiental (Bombardi, 2023). Em oposição, o campesinato brasileiro é marcado por lutas pela terra, nas quais movimentos socioterritoriais e socioespaciais emergem como protagonistas da resistência. Estes se definem não apenas por suas pautas, mas por sua luta essencial pela conquista e manutenção de seus territórios, compreendidos como espaços multidimensionais de existência, trabalho e reprodução social, onde a vida e a cultura são continuamente recriadas (Fernandes, 2005).

A luta desses movimentos não se limita ao acesso à terra, mas abrange a confrontação de diferentes projetos de território. O território é, simultaneamente, um espaço de liberdade e dominação, de expropriação e resistência. A disputa territorial se manifesta através da conflitualidade, no qual os trabalhadores se (re)territorializam em luta contra a expropriação. Contudo, a lógica hegemônica, impulsionada pelo agronegócio, promove um modelo de produção químico-dependente que intensifica os conflitos socioambientais e sociais, que são indissociáveis. A relação entre saúde e o uso massivo de agrotóxicos emerge como um nexo



central e conflituoso. O modelo agrícola dominante impõe severos e documentados impactos à saúde humana e ambiental, manifestados na contaminação de alimentos, da água, do solo e de ecossistemas inteiros.

Os agrotóxicos, cuja tecnologia foi transplantada da indústria bélica para a agricultura, não podem ser compreendidos senão como armas de uma guerra não declarada contra a vida. O avanço desse modelo é articulado pelo Estado brasileiro, que permite a conjunção de interesses entre grandes proprietários rurais e grandes indústrias transnacionais de agroquímicos e sementes. Essa dinâmica insustentável se aprofunda no conceito de colonialismo químico: a prática de empresas sediadas no Norte global comercializarem no Brasil substâncias banidas em seus próprios territórios. A evidência dessa dinâmica assimétrica é contundente: dos dez agrotóxicos mais vendidos no país, cinco estão banidos na Europa, incluindo substâncias como atrazina, acefato e mancozebe (BOMBARDI, 2023).

Como resultado, o Brasil se tornou o maior consumidor mundial de agrotóxicos desde 2008/2009 (ABRASCO, 2012). O acúmulo de estudos já consolidou a crítica ao modelo, demonstrando o nexos perverso entre a liberação e uso de venenos agrícolas e o aumento de agravos e doenças. Os agrotóxicos estão associados a efeitos crônicos graves, como cânceres, malformações congênitas, infertilidade, abortos e distúrbios neurológicos, endócrinos e reprodutivos (BOMBARDI, 2023). A perversidade desse sistema se aprofunda no fato de que a avaliação de risco atual, baseada na exposição a um único composto, é considerada frágil e insuficiente, pois ignora a complexidade da multiexposição e a potencialização de efeitos negativos, favorecendo o ocultamento dos danos (ABRASCO, 2012). A ideia de "uso seguro de agrotóxicos" é, portanto, um mito e um paradigma que a ciência crítica se propõe a desconstruir.

Nessa linha, o presente trabalho centra-se na articulação intrínseca entre a luta pela saúde e a oposição ao uso indiscriminado de agrotóxicos, sublinhando que a questão da saúde no campo é indissociável do debate ambiental e da busca pela redução das iniquidades. A saúde coletiva se posiciona nesse debate, reconhecendo que a exposição a substâncias químicas perigosas é um elemento de grande relevância para a saúde ambiental, afetando desproporcionalmente as populações mais vulnerabilizadas do campo. Diante desse cenário de tensão e de intensas pressões legislativas, a problemática desta pesquisa se formula na necessidade de compreender qual foi a dinâmica de produção de ações, portanto de territórios, pelos movimentos socioterritoriais e socioespaciais no período de 2020 a 2023, especificamente na pauta de saúde e agrotóxicos, debruçando-se as formas de mobilização social.



Buscamos identificar as pautas e motivações que impulsionaram as mobilizações, caracterizar as diferentes tipologias de ação empreendidas e compreender como essas iniciativas, ao mesmo tempo em que denunciam o modelo hegemônico, anunciam e constroem alternativas. O recorte temporal de 2020 a 2023 é particularmente significativo, pois compreende um período de dupla crise. Por um lado, a emergência sanitária da COVID-19 exacerbou as vulnerabilidades históricas das populações do campo, das águas e das florestas. Por outro, essa mesma conjuntura coincidiu com um acirramento do contexto político nacional, marcado pela intensificação de pautas legislativas voltadas à flexibilização da legislação de agrotóxicos, como as tentativas de avançar na desregulamentação.

Contudo, longe de paralisar a ação social, esse cenário adverso atuou como um catalisador para a rearticulação das lutas, forçando uma adaptação de táticas e o fortalecimento de redes de solidariedade como resposta direta à dupla ameaça à saúde e ao território. Queremos contribuir para os debates sobre saúde coletiva e justiça ambiental no campo ao oferecer um panorama atualizado das estratégias de resistência. Para tanto, a abordagem metodológica se baseia na análise de dados secundários provenientes do Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA). A análise das 87 ações coletivas registradas no período revela que a luta dos movimentos socioterritoriais configura-se também como a construção e o anúncio de um projeto alternativo de sociedade.

Em contraposição ao modelo químico-dependente, esses movimentos defendem a agroecologia como um projeto político e científico contra-hegemônico, que é um enfoque holístico e uma estratégia sistêmica de valorização da vida e da justiça social. A agroecologia provê as bases conceituais para agriculturas que cumprem múltiplas funções de interesse público e demonstrou ser capaz de alcançar rendimentos produtivos comparáveis ou superiores aos sistemas que utilizam agroquímicos (Altieri, 2010).

METODOLOGIA

A base de dados que fundamenta esta pesquisa, conhecida como Banco de Dados das Lutas por Espaços e Territórios (DATALUTA), é construída a partir da compilação e organização de informações secundárias. Essas informações são extraídas de fontes online, com destaque para portais de notícias na internet. O DATALUTA organiza sistematicamente dados sobre conflitualidades territoriais e espaciais, bem como sobre ações coletivas, seguindo uma metodologia consolidada pela Rede Brasileira de Pesquisa das Lutas por Espaços e Territórios (REDE DATALUTA), responsável pela concepção e manutenção do projeto. Para uma



compreensão integral dos dados utilizados, detalharemos as três fases centrais que compõem o método desenvolvido.

A primeira fase metodológica, o levantamento de notícias, utiliza a ferramenta Google Alerta para a prospecção de dados primários; esta plataforma opera com algoritmos de rastreamento configurados pelo pesquisador com palavras-chave, idioma, região e frequência, realizando uma varredura contínua da web e enviando por e-mail os links para conteúdos pertinentes. Subsequentemente, as notícias compiladas passam por análise individualizada pela equipe, que realiza uma triagem selecionando apenas as válidas segundo os critérios definidos.

A etapa seguinte envolve a sistematização das informações extraídas das notícias validadas. Para tal, utiliza-se a plataforma JotForm, uma ferramenta online que permite a criação de formulários customizados. Os dados inseridos através desses formulários são armazenados em nuvem, com opções de exportação nos formatos PDF e Excel.

É pertinente destacar três elementos centrais do método analítico, cruciais para qualquer pesquisa que se utilize do DATALUTA: as tipologias de ação, de movimentos e de pautas. A tipologia de ação classifica as diferentes formas que uma ação coletiva pode assumir. A tipologia de movimentos agrupa organizações com características similares, notadamente quanto às suas principais reivindicações e formas de organização. Por fim, a tipologia de pautas se refere ao conteúdo reivindicatório da ação, ou seja, aos temas e demandas que a mobilização busca endereçar.

Concluindo o processo de tratamento no DATALUTA, a última fase consiste na elaboração de representações sintéticas dos dados, como mapas, quadros e gráficos, usualmente organizados com o auxílio do software Excel.

Para esta pesquisa, utilizando as planilhas tratadas do DATALUTA, realizamos uma busca específica pelas pautas 'saúde' e 'agrotóxico' e por termos relevantes nos títulos. As notícias pertinentes ao escopo da investigação foram selecionadas para revisão aprofundada, garantindo adequação aos critérios temáticos e recortes propostos. Esta busca nos permitiu identificar 69 ações relacionadas com a temática 'saúde' e 27 ações relacionadas com a temática 'agrotóxico', com 9 notícias que aparecem em ambas as seleções, totalizando 87 notícias válidas.

REFERENCIAL TEÓRICO

O debate agrário contemporâneo é marcado por uma profunda crítica ao modo de produção capitalista na agricultura, impulsionado pelo modelo do agronegócio e pelo uso



massivo de agrotóxicos. Historicamente, o avanço do capitalismo na agricultura sempre encontrou barreiras, notadamente a própria existência do campesinato, a propriedade privada da terra e a especificidade da produção agrícola, que é intrinsecamente "amalgamada" com a natureza.

A expansão desse modelo está ligada a um projeto hegemônico de acumulação de capital, caracterizado pela especialização primária exportadora e pela monocultura químico-dependente (como soja, cana-de-açúcar, milho e algodão), gerando graves impactos socioambientais e concentrando riqueza. De acordo com a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO, 2012), para sustentar essa ordem social injusta e a degradação ambiental, o agronegócio utiliza complexas formas de dominação simbólica. Uma das estratégias retóricas mais utilizadas é a da ocultação, que dissimula a natureza nociva dos agrotóxicos ao designá-los como "defensivos agrícolas". Outras táticas incluem a retórica da justificação, que impõe uma racionalidade tecnocrática que apresenta o uso desses produtos como uma necessidade inevitável para solucionar o desafio alimentar, e a retórica da desqualificação, que ataca pesquisadores e críticos com a pecha de serem "ideológicos" ou avessos ao progresso, buscando assim desacreditar o conhecimento independente.

A expansão desse modelo configura um quadro de injustiça ambiental e iniquidade em saúde. Rigotto e Augusto (2007) e Porto e Finamore (2012) sublinham que a concentração fundiária e a dependência químico-tecnológica resultam em uma exposição desproporcional. Essa lógica se materializa no conceito de colonialismo químico, que, em sua essência, revela o Racismo Ambiental: a negação e desqualificação dos modos de vida tradicionais, concentrando os prejuízos ambientais e sanitários nas populações do campo, como indígenas, quilombolas e camponeses. Tais grupos, citados no Dossiê ABRASCO (2012), sofrem os impactos mais severos da contaminação (incluindo incidentes como a "chuva de agrotóxico"), evidenciando que a saúde no campo é indissociável da luta pela justiça social e territorial. A violência promovida pelo agronegócio não se restringe à contaminação química, mas se manifesta em uma violência estrutural e fundiária que agrava os determinantes sociais da saúde.

Os dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2010) indicam que o modelo agroexportador é o principal vetor da violência no campo, sendo responsável por conflitos que envolvem despossessão, pistolagem e a coação de comunidades. Essa dinâmica de desterritorialização, que se traduz na expulsão e no cerceamento da vida dos povos do campo, tem impactos diretos na saúde mental e coletiva, causando agravos como depressão, alcoolismo e, em casos extremos, elevadas taxas de suicídio dessa populações.



Nesse sentido, a luta dos movimentos socioterritoriais não é apenas pela terra ou contra o veneno, mas pela saúde integral do seu território-corpo e da comunidade. O território, aqui, é compreendido como um espaço vital de reprodução social onde a saúde é produzida ou negada. Consequentemente, a reivindicação por políticas públicas de saúde específicas e por apoio à produção agroecológica é uma forma de reterritorialização – a afirmação de um projeto de vida, autonomia e resistência que combate a lógica predatória da morte pela lógica da vida.

A ciência moderna, por vezes com suas abordagens positivistas e reducionistas, acaba oferecendo guarida a essa retórica, promovendo noções falsas como a do "uso seguro" dos agrotóxicos. Nessa perspectiva, o campo da saúde coletiva e ambiental critica a Avaliação de Risco Clássica por ser reducionista e descontextualizada. De acordo com a ABRASCO (2012), ela é considerada falha por seu foco em compostos únicos e por ignorar a realidade da multiexposição e os efeitos sinérgicos de misturas de agrotóxicos, fenômenos que modificam a toxicocinética e potencializam os danos. A crítica se aprofunda na desconstrução do mito do "uso seguro", que se baseia na fragilidade dos Limites Máximos de Resíduos (LMR) e da Ingestão Diária Aceitável (IDA). Tais limites, derivados de um modelo linear (dose-efeito), falham em proteger a saúde, especialmente contra substâncias cujas curvas dose-efeito são não monotônicas, ou seja, que podem causar efeitos crônicos graves, como cânceres e disfunções endócrinas, mesmo em doses muito baixas.

Diante da insuficiência regulatória e do risco de danos graves e irreversíveis à saúde humana e ambiental, a luta pela proibição se fundamenta no Princípio da Precaução, invertendo o ônus da prova e exigindo que o Estado priorize a vida sobre os interesses mercantis. Em contraposição ao paradigma do agronegócio, emerge a agroecologia como uma referência conceitual, prática e política para a construção de um desenvolvimento rural socialmente justo e ambientalmente sustentável. A agroecologia é definida como a aplicação de conceitos e princípios ecológicos no desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis. Ela se constitui como uma estratégia sistêmica e holística, incorporando as dimensões econômicas, sociais, ambientais, culturais, políticas e éticas da produção agrícola (CAMPOS; NASCIMENTO; REIS, 2021).

Mais do que uma técnica, a Agroecologia é um projeto político e um paradigma científico crítico que se opõe diretamente ao modelo químico-dependente. Ela é a principal ferramenta de transformação social, questionando o modelo capitalista e a propriedade da terra e demonstrando que paisagens rurais diversificadas tornam o uso de agrotóxicos absolutamente prescindível. Esse projeto se articula com a defesa da Soberania Alimentar, que é o direito dos



povos de definirem suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos, respeitando culturas e a diversidade (*Ibid.* 2021).

A Soberania Alimentar, juntamente com a Agroecologia, constitui o valor agregador da luta contra o agronegócio e a crise civilizatória. Nesse contexto, destaca-se o protagonismo das mulheres do campo, guardiãs de saberes e sementes, que atuam na construção da agroecologia como caminho de autonomia e resistência, pautando o tema no centro da economia política e da justiça social. A luta por esse novo modelo exige uma profunda reestruturação epistemológica, rompendo com o paradigma da ciência moderna, que frequentemente resulta no que é chamado de epistemicídio – a exclusão e marginalização dos saberes dos diferentes povos. A alternativa reside na construção de uma Ecologia de Saberes, um caminho que reinstala a razão moral na razão científica.

A Ecologia de Saberes propõe um diálogo autêntico e solidário entre o conhecimento científico e o conhecimento popular ou local, reconhecendo a importância das experiências e vivências das comunidades. Este enfoque busca subverter as relações hegemônicas e construir um conhecimento "edificante" e "prudente para uma vida decente". Essa disputa de modelos e saberes se materializa nas ações dos movimentos socioterritoriais e socioespaciais. De uma perspectiva geográfica, é fundamental entender que esses movimentos são criados por e são criadores de espaços e territórios.

O território é o espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma forma de poder. Conseqüentemente, o território é simultaneamente um espaço de dominação e de resistência, sendo parte de uma luta contínua de classes. A práxis se torna evidente na capacidade de rearticulação dos movimentos em contextos de crise, como o período 2020-2023. Diante da dupla adversidade (sanitária da COVID-19 e política de flexibilização legislativa), a luta se adaptou taticamente. Isso se reflete na própria metodologia da REDE DATALUTA, que reestruturou seu levantamento para capturar a nova conflitualidade conjuntural, focada em temas urgentes como o combate à fome, a defesa da saúde e as ações de solidariedade, que discutiremos nos Resultados. Essa adaptação comprova que os movimentos se (re)territorializam e constroem alternativas concretas como resposta direta às ameaças à vida no campo.

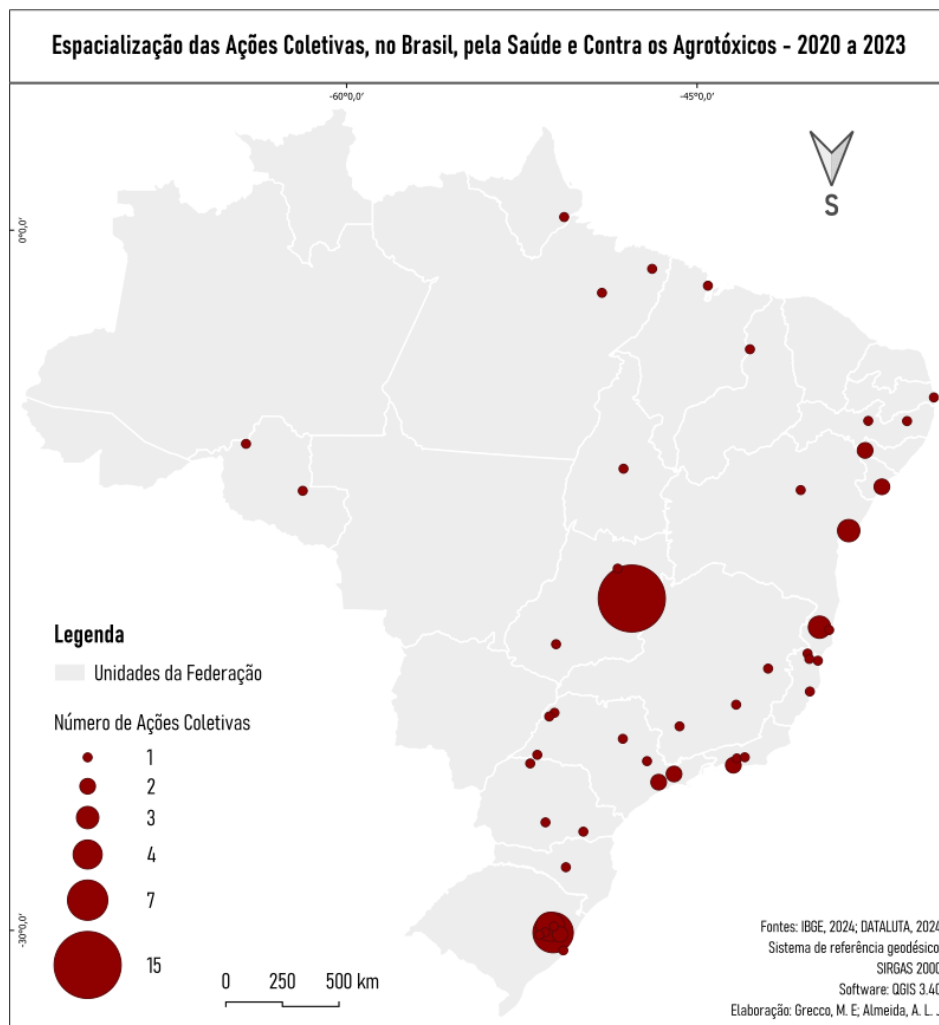
RESULTADOS E DISCUSSÃO



Entre os anos de 2020 e 2023 foram registradas 87 manifestações dos movimentos socioterritoriais e socioespaciais com foco nas pautas da saúde (69 ações) e dos agrotóxicos (27 ações). As principais motivações dessas ações incluem: ações específicas sobre a pandemia de covid 19 (26 eventos); ações contra a pulverização aérea e a liberação de agrotóxicos (25 ações); ações de reivindicações de políticas públicas alimentares e apoio à produção agroecológica (22 ações); ações de políticas públicas de saúde (11 ações), além de ações de denúncia e ações de solidariedade, com 6 eventos cada.

A dimensão socioterritorial das ações é um aspecto fundamental para compreender a natureza dessas manifestações. O Mapa 1 ilustra a espacialização das 87 ações coletivas registradas no Brasil entre 2020 e 2023, evidenciando a concentração e a dispersão dos focos de luta pela saúde e contra os agrotóxicos no território nacional.

Mapa 1



Elaboração: as autoras, 2025

A distribuição das ações coletivas, conforme o Mapa 1, tende a concentrar-se ao longo do eixo de expansão do agronegócio e da atividade agroindustrial, especialmente nas regiões



Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Esta concentração sugere que os movimentos focalizam suas ações nas áreas de maior conflito territorial com o modelo de produção dominante.

Em termos de disputa política e institucional, pode-se observar a proeminência de ações em Brasília (DF), que se demonstra um importante centro de concentração e de reivindicação. No entanto, a frequência de mobilizações em outras capitais estaduais ao longo do território parece reforçar a importância da articulação e da disputa pelo poder político também em nível local e regional. Tal espacialização indica que a estratégia dos movimentos pode envolver a pressão direta nas estruturas de poder federal e estadual, buscando incidir tanto nas políticas de regulação dos agrotóxicos quanto nas políticas públicas de saúde e alimentação.

Para aprofundar a compreensão sobre os movimentos socioterritoriais envolvidos, o Quadro 1 detalha a classificação e a frequência dos tipos de movimentos, enquanto o Quadro 2 nomeia os agentes específicos que realizaram as ações no período, oferecendo subsídios para entender a composição da frente de luta.

Quadro 1 - Frequência de movimentos por tipologia nas ações

Tipo de movimento	Frequência
Camponês	71
Quilombola	11
Feminista	7
Mulheres	7
Frentes	4
Atingidos por barragem	4
Ambientalista	3
Articulação	3
Direitos Humanos	3
Estudantil	3
Atingidos pela mineração	2
Juventude	2
Indígena	2
Sindical	2
Urbano	1
Negro	1



Quadro 2 - Frequência dos movimentos nas ações por nome e sigla

Movimentos Socioterritoriais e Socioespaciais que realizaram ações coletivas		
Sigla	Nome	Frequência
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra	52
MPA	Movimento dos Pequenos Produtores	7
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens	5
CPT	Comissão Pastoral da Terra	4
FNL	Frente Nacional de Luta Campo e Cidade	4
	Levante Popular da Juventude	3
	Via Campesina	3
CONAQ	Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos	3
MAM	Movimento pela Soberania Popular na Mineração	2
MMC	Movimento de Mulheres Camponesas	2
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto	2
MMM	Marcha Mundial de Mulheres	2
	Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida	1
	Frente Brasil Popular	1
	Frente Cidadã Contra os Agrotóxicos	1
ANA	Articulação Nacional de Agroecologia	1
MLB	Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas	1
UNEGRO	União de Negros Pela Igualdade	1
MCP	Movimento Camponês Popular	1
	Movimento Nacional de Direitos Humanos	1
	Frente Povo Sem Medo	1
MTD	Movimento de Trabalhadores por Direitos	1
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores	1
CIMI	Conselho Indigenista Missionário	1
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura	2
ASA BRASIL	Articulação no Semiárido Brasileiro	1
BRASIL	Núcleo Amigos da Terra	1
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária	1
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	1



AGAPAN	Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural	1
INGÁ	Instituto Gaúcho de Estudos Ambientais	1
	Instituto Preservar	1
	Associação de Produtores do Sucavão	1
AMA-GUAÍBA	Associação Amigos do Meio Ambiente	1
	Associação de Produtores do Fojo	1

Elaboração: as autoras, 2025

Os dados apresentados nos quadros 1 e 2 demonstram que a mobilização pela saúde e contra os agrotóxicos está fortemente vinculada à questão agrária, sendo o Camponês o mais expressivo, com 71 ações. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é o agente com maior frequência, responsável por 52 das manifestações. Este cenário evidencia a centralidade da resistência ao modelo agrícola dominante, caracterizado pelo uso intensivo de venenos químicos, como um eixo da luta pela terra e pela defesa da agroecologia.

A composição dos movimentos mostra uma frente de luta ampla e interseccional, incorporando o Tipo Quilombola (11 ações) e os movimentos Feministas e de Mulheres (7 ações cada). A participação da CONAQ, do MMC/MMM e de outros movimentos como o MAB (Atingidos por Barragens) sugere que a pauta dos agrotóxicos e da saúde se constitui em um eixo unificador de diversas resistências no campo e nas cidades. A diversidade desses movimentos socioterritoriais é reveladora de como os impactos do modelo de desenvolvimento criticado atingem, de forma desigual e combinada, grupos populacionais vulnerabilizados em suas dimensões de classe, raça e gênero.

A compreensão da mobilização pela saúde e contra os agrotóxicos demandou uma abordagem que extrapola a análise quantitativa dos dados e a categorização dos movimentos. Para alcançar a totalidade e a complexidade das manifestações, realizamos uma leitura aprofundada ('PDF a PDF') de toda a documentação das ações levantadas. Este procedimento analítico teve como objetivo ir além da sistematização inicial do banco de dados, buscando nas próprias fontes primárias os detalhes e as nuances do que, de fato, ocorreu em cada ação. Os tópicos que se seguem apresentam essa análise detalhada, que mergulha no cerne das pautas e reivindicações, conferindo materialidade à atuação dos movimentos no período.

Ações específicas sobre a pandemia de COVID-19: foram ações que solicitaram respostas adequadas do governo em relação à pandemia, muitas delas, especificamente, em relação a população quilombola e relacionadas a vacinação desse grupo populacional.

Ações contra a pulverização aérea e a liberação de agrotóxicos: foram ações



relacionadas à dispersão e deriva provocada pela pulverizações de agrotóxicos; sobre a flexibilização da legislação para liberar agrotóxicos proibidos em outros países; ações relacionadas com a divulgação de alimentos sem agrotóxicos.

O Brasil vem sofrendo pressões por leis mais flexíveis em relação a liberação de agrotóxicos. As manifestações reforçam as denúncias sobre as consequências do uso excessivo de agrotóxicos; sobre seus impactos na saúde da população geral, principalmente dos trabalhadores do campo; sobre os impactos na sustentabilidade ambiental, na qualidade dos sistemas alimentares e na intensificação dos eventos climáticos extremos.

As manifestações denunciam que as flexibilizações ameaçam o papel do Ministério da Saúde e do Meio Ambiente sobre a regulação dos agrotóxicos e enfraquecem o poder de decisão desses órgãos e apoiam políticas públicas na direção de incentivar o uso de defensivos alternativos, de menor toxicidade e maior sustentabilidade. Apontam que já existem tecnologias disponíveis neste sentido, para um futuro diferente, que agrida menos o planeta.

Ações de reivindicações de políticas públicas alimentares e apoio à produção agroecológica: Foram ações reivindicando políticas públicas direcionadas para os pequenos produtores e agricultura familiar e camponesa, desde políticas de incentivo à produção agroecológica e orgânicos, até o fortalecimento, principalmente, de duas políticas já existentes: Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Ações de políticas públicas de saúde: foram ações relacionadas com reivindicações específicas da área da saúde, algumas relacionadas com a solicitação de melhorias acerca das ações de saúde e infra-estruturas nos territórios (assentamentos, acampamentos) e outras relacionadas com processos de formação de agentes comunitários de saúde, sendo três ações, especificamente, sobre a saúde da população LGBTI+ no campo.

Ações de denúncias: foram algumas ações motivadas pela pandemia, relacionadas com a necessidade de manter o isolamento como forma de preservar a vida; com a violência doméstica contra mulheres no período de isolamento social; e com a falta de água ou o fornecimento de água suja em assentamento.

Os movimentos defenderam a "Parada pela Vida", pois diante da continuidade da proliferação do vírus e o ritmo lento da vacinação, o isolamento social era a única forma de salvar vidas. Entretanto, incentivaram o "Isolamento Produtivo", onde seus militantes pudessem plantar árvores e produzir alimentos saudáveis para enfrentar a pandemia da fome e a insegurança alimentar de grande parte da população brasileira.

Ações de solidariedade: foram ações diante da necessidade de apoiar várias



comunidades na crise sanitária. Nesse período as cozinhas solidárias foram se consolidando em todo o território nacional, possibilitando que os movimentos socioterritoriais do campo fizessem doações de alimentos para abastecer essas cozinhas comunitárias. Houve também apoio dos movimentos para a produção de álcool 70% para higienização das mãos e superfícies para prevenção contra o vírus da Covid-19. A Campanha Periferia Viva contribuiu para distribuição de produtos básicos durante a pandemia, principalmente porque foram as periferias, devido a falta de saneamento básico, as moradias precárias, o desemprego, a grande densidade populacional que o maior número de mortes foi registrado, com destaque para a população negra e sem escolaridade. A Campanha Periferia Viva também trabalhou com a formação de agentes populares de saúde e investiu na orientação dos trabalhadores sobre como acessar o auxílio emergencial disponibilizado pelo governo e auxiliou mulheres vítimas de violência doméstica, que aumentou durante o isolamento social.

A análise dessas ações pelos movimentos socioterritoriais produzindo e sendo produzidos por espaços e territórios (FERNANDES, SOBREIRO, 2023), confirmam o entendimento de que o modelo agrícola dominante é insustentável, não só pelos danos causados pelos agrotóxicos, mas também por seus efeitos nas mudanças climáticas, perda da biodiversidade e incapacidade de garantir a soberania alimentar. Esses temas parecem apresentar mais ressonância na sociedade, deixando evidente que as políticas agrícolas, os sistemas comerciais, as relações de poder necessitam ser desafiadas para que ocorra o afastamento dos sistemas alimentares industriais dependentes de agrotóxicos e a valorização de práticas agroecológicas para aumentar a diversidade biológica, fazer o manejo de pragas de maneira natural, manejo da fertilidade do solo e a proteção ao meio ambiente e produção de alimentos de verdade (ELVER; TUNCAK, 2017). Os movimentos socioterritoriais evidenciam isso em suas ações.

O Brasil lidera o consumo mundial de agrotóxicos, sendo 90% dessas substâncias usadas em apenas cinco culturas (soja, milho, algodão, pasto e cana-de-açúcar) e seu uso quase dobrou entre 2010 e 2021. Com isso, a produção agrícola passou a priorizar o mercado global, afastando-se da função de alimentar populações (BOMBARDI, 2023). Tal modelo de desenvolvimento, baseado no uso intensivo de venenos químicos, é eticamente questionável, socialmente injusto, ambientalmente insustentável e causa sérios danos à saúde, afetando de forma desigual humanos, animais e vegetais em contextos dominados pelo agronegócio (PIGNATI, 2023).

Ao relacionarmos esse modelo com as condições de vida das populações do campo, essas apresentam piores indicadores de saúde. As dificuldades de acesso aos serviços de saúde,



educação, habitação e saneamento explicam parte desses indicadores. A luta pela terra e por melhores condições de vida tem reforçado a busca por um modelo profundamente diferente de agricultura, com biodiversidade, agroecossistemas saudáveis que permita a fertilidade do solo e a diversidade de produção. Essas mudanças vão repercutir na qualidade da alimentação e, portanto, na saúde das populações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mobilizações e ações dos movimentos socioterritoriais e socioespaciais analisadas no período de 2020 a 2023 configuraram-se como lutas intransigentes. Esta pesquisa demonstrou que a conflitualidade no campo é marcada pela indissociabilidade entre a luta pela saúde e a oposição ao modelo agroexportador químico-dependente. A análise das 87 ações coletivas registradas no DATALUTA neste período de dupla crise (sanitária e política) evidencia a práxis de adaptação e resistência dos movimentos. Longe de paralisar a ação social, o cenário adverso da pandemia de COVID-19 e da intensa pressão legislativa pela flexibilização de agrotóxicos atuou como um catalisador.

As ações de solidariedade, como o "Isolamento Produtivo" e as Cozinhas Comunitárias, vão além da mera assistência, estabelecendo-se como uma práxis de solidariedade que materializa, na base, o projeto político alternativo. O modelo hegemônico impõe uma injustiça ambiental e um racismo ambiental que resultam na exposição desproporcional de povos indígenas, quilombolas e camponeses. A defesa do Princípio da Precaução e a exigência do banimento imediato dos agrotóxicos proibidos no exterior – bandeira central da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida – tornam-se, portanto, imperativos éticos e legais. O uso intensivo de venenos químicos compromete a qualidade dos alimentos e da água, o que viola o Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequada (DHAA) e o dever constitucional do Estado de proteger a saúde.

A principal contribuição da luta dos movimentos reside em sua dupla função de denúncia e anúncio. Ao mesmo tempo em que denunciam a retórica da ocultação do agronegócio e a tolerância regulatória do Estado face aos interesses corporativos, os movimentos anunciam e constroem concretamente a alternativa no território. Em contraposição ao modelo de morte do capital, a Agroecologia se consolida como a ferramenta de transformação social e o projeto político contra-hegemônico, sustentado na Soberania Alimentar e na Ecologia de Saberes.



Em sua essência, a luta pela terra e pela saúde é uma luta pela vida digna e pela Justiça Social. As ações coletivas refletem a busca por maior equidade, reforçando a urgência de políticas públicas que incentivem a transição agroecológica e garantam o direito à saúde integral das populações do campo, da água e da floresta, pavimentando caminhos para um futuro verdadeiramente sustentável e solidário.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar**. Revista NERA, Presidente Prudente, v. 13, n. 16, p. 22-32, jan./jun. 2010.

AUGUSTO, Lúcia Helena de S. **A saúde dos trabalhadores e a sustentabilidade do desenvolvimento local**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2010.

BOMBARDI, Larissa Mies. **Agrotóxicos e colonialismo químico**. São Paulo: Elefante, 2023. 108 p.

CAMPOS, Vera Guimarães; NASCIMENTO, Adriana Gomes do; REIS, Renata de Souza. **Soberania alimentar e agroecologia: direitos humanos, políticas públicas e empoderamento feminino**. Cadernos de Agroecologia, [S.l.], v. 16, n. 1, 2021.

CARNEIRO, Fernando Ferreira et al. (org.). **Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015. 624 p.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). **Conflitos no campo Brasil 2009**. São Paulo: Expressão Popular, 2010. 200 p.

ELVER, Hilal; TUNCAK, Baskut. **Report of the Special Rapporteur for the Right to Food**. v. 17. A/HRC/34/48. Human Rights Council of the United Nations, 2017. Disponível em: http://ap.ohchr.org/documents/dpage_e.aspx?si=A/HRC/34/48. Acesso em: 10 maio 2025.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais**. Revista NERA, Presidente Prudente, v. 8, n. 6, p. 14-34, jan./jun. 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano; SOBREIRO FILHO, José. **Teoria dos movimentos socioterritoriais e socioespaciais**. In: SPOSITO, Eliseu Savério; CLAUDINO, Guilherme dos Santos (org.). **Teorias na Geografia III: mundos possíveis**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2023. cap. 9, p. 335-376.

PIGNATI, Wanderlei Antônio et al. (org.). **Ambiente, saúde e agrotóxicos: desafios e perspectivas na defesa da saúde humana, ambiental e do(a) trabalhador(a)**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023. 396 p.



ENANPEGE
XVI Encontro Nacional de Pós-Graduação e
Pesquisa em Geografia

PORTO, Marcelo Firpo de Souza; FINAMORE, Regina. **Riscos, saúde e justiça ambiental: o protagonismo das populações atingidas na produção de conhecimento.** Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 17, n. 6, p. 1493-1501, 2012.

RIGOTTO, Raquel Maria; AUGUSTO, Lúcia Helena de S. **Saúde e ambiente no Brasil: desenvolvimento, território e iniquidade social.** Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 23, supl. 4, p. S475-S501, 2007.